



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VIII – PROFA. MARIA JOSÉ DA PENHA  
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E SAÚDE  
CURSO DE BACHARELADO EM ENGENHARIA CIVIL**

**YURI RODRIGUES DE ARAUJO**

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA: ESTUDO E ANÁLISE  
CRÍTICA DE SUAS AÇÕES**

**ARARUNA  
2017**

**YURI RODRIGUES DE ARAUJO**

**COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA: ESTUDO E ANÁLISE  
CRÍTICA DE SUAS AÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Engenharia Civil da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Engenharia Civil.

**Área de concentração:** Recursos Hídricos.

**Orientador:** Prof. Me. Igor Souza Ogata.

**ARARUNA  
2017**

A658c Araujo, Yuri Rodrigues de.

Comitê de bacia hidrográfica do rio Paraíba [manuscrito] : estudo e análise crítica de suas ações / Yuri Rodrigues de Araujo. - 2017.

46 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências, Tecnologia e Saúde, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Igor Souza Ogata, Coordenação do Curso de Engenharia Civil - CCTS."

1. Recurso hídrico. 2. Bacia hidrográfica. 3. Rio Paraíba.

21. ed. CDD 333.91

YURI RODRIGUES DE ARAUJO

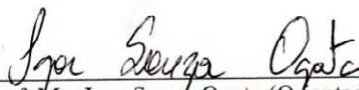
COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA: ESTUDO E ANÁLISE  
CRÍTICA DE SUAS AÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Programa de Graduação em Engenharia  
Civil da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Engenharia Civil.

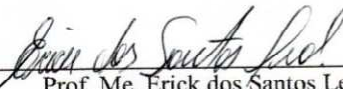
Área de concentração: Recursos Hídricos.

Aprovada em: 13/12/2017.

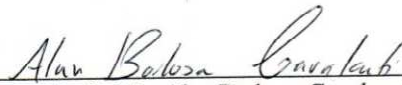
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me. Igor Souza Ogata (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Erick dos Santos Leal  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Alan Barbosa Cavalcanti  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## **AGRADECIMENTOS**

À Daniel Baracuy, coordenador do curso de Bacharelado, por seu empenho.

Ao professor Igor Ogata pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai Carlos Alberto, a minha mãe Maria Ozeneide e à minha irmã Natália Maria, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares, e pelo apoio, dedicação e compreensão.

Aos professores do Curso de Bacharel da UEPB, em especial, Marinaldo Júnior, Leidimar Bezerra e Alan Barbosa, que contribuíram ao longo do curso, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

À funcionária da UEPB, Joaline, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

A todos os meus amigos pelos momentos de amizade e apoio.

## RESUMO

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são considerados, basicamente, como o fórum em que um grupo de pessoas se reúne para discutir e conseguir possíveis soluções para os problemas e conflitos existentes pelo uso da água. Este trabalho apresenta a importância de um Comitê de Bacia Hidrográfica na gestão dos recursos hídricos a partir da atuação na resolução de conflitos instalados dentro de sua área de competência. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente se as ações realizadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba estão solucionando os problemas e conflitos do uso da água dentro da Bacia do Rio Paraíba para promover controle, uso e proteção dos recursos hídricos adequadamente. Desta forma, foram analisadas as atas das reuniões realizadas por esse Comitê, sendo também feito um estudo de forma mais geral e aprofundado da importância da criação dos comitês dentro da sociedade civil, mostrando como deveria ser a atuação dos mesmos. O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba vem tentando solucionar os conflitos através de ações discutidas e aprovadas entre os membros, destacando algumas como, a intensa fiscalização dos pontos em que a água está sendo utilizada da forma mais irregular possível, promovendo cobranças de uso de água para que se tenha um uso racional e sensibilização de sua importância, além de discutir o racionamento de água nas cidades que estão consumindo de forma mais intensa. Portanto, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba está tomando as ações necessárias e possíveis, dentro do seu limite, para solucionar os problemas que surgem da forma mais igualitária possível entre os seus usuários.

**Palavras-Chave:** Recurso hídrico. Bacia hidrográfica. Rio Paraíba.

## ABSTRACT

Watershed Committees are basically considered as the forum in which a group of people come together to discuss and achieve possible solutions to problems and conflicts over water use. This paper presents the importance of a Hydrographic Basin Committee in the management of water resources based on the resolution of conflicts within its area of competence. Thus, the present work has the objective of analyzing critically whether the actions carried out by the Paraíba River Basin Committee are solving the problems and conflicts of water use within the Paraíba River Basin to promote control, use and protection of water resources adequately. In this way, the minutes of the meetings held by this Committee were analyzed, as well as a more general and in-depth study of the importance of creating committees within civil society, showing how they should be acting. The Paraíba River Basin Committee has been trying to resolve the conflicts through actions discussed and approved among the members, highlighting some such as the intense inspection of the points where water is being used in the most irregular way possible, promoting charges for the use of water for rational use and sensitization of its importance, in addition to discussing the rationing of water in cities that are consuming more intensely. Therefore, the Paraíba River Basin Committee is taking the necessary and possible actions, within its limits, to solve the problems that arise in the most egalitarian way possible among its users.

**Keywords:** Water resources. Hydrographic basin. Rio Paraíba.

.

.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	15
Figura 2 – Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba.....	19
Figura 3 – Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos..	20
Figura 4 – Organograma Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba	21



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ANA	Agência Nacional de Águas
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CBHs	Comitês de Bacias Hidrográficas
CBH-PB	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMATER-PB	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
GIRH	Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
GT	Grupo de Trabalho
PERH	Política Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional dos Recursos Hídricos
RI	Regimento Interno
SERHMACT	Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba
SIGERH-PB	Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos da Paraíba
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>10</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	10
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
3.1	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS....	13
3.2	GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	16
3.3	GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA.....	18
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>24</b>
5.1	ANO DE 2014.....	24
<b>5.1.1</b>	<b>Primeira Reunião Ordinária.....</b>	<b>24</b>
5.2	ANO DE 2015.....	26
<b>5.2.1</b>	<b>Primeira Reunião Ordinária.....</b>	<b>26</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Primeira Reunião Extraordinária.....</b>	<b>28</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Segunda Reunião Extraordinária.....</b>	<b>31</b>
<b>5.2.4</b>	<b>Terceira Reunião Extraordinária.....</b>	<b>34</b>
5.3	ANO DE 2016.....	36
<b>5.3.1</b>	<b>Primeira Reunião Ordinária.....</b>	<b>36</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Segunda Reunião Ordinária.....</b>	<b>37</b>
5.4	ANO DE 2017.....	39
<b>5.4.1</b>	<b>Primeira Reunião Extraordinária.....</b>	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os Comitês de Bacias Hidrográficas foram criados, basicamente, para solucionar os problemas e conflitos existentes pelo uso da água, ou seja, é considerado como o fórum em que um grupo de pessoas se reúne para que seja discutido como deve ser feito o uso da água daquela determinada bacia. No Brasil, cada Estado possui suas Bacias Hidrográficas de acordo com a distribuição de água feita geograficamente por elas nesse determinado território, delimitando a área de atuação dos comitês relacionados e sendo cada vez mais relevante a importância dos mesmos nesse cenário.

O Estado da Paraíba possui a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, sendo ela considerada uma das mais importantes do semiárido paraibano e contribuindo para o uso nas duas principais cidades do Estado, sendo João Pessoa, sua capital e Campina Grande, o segundo maior centro urbano. Então, foi criado o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, para solucionar e combater os conflitos e problemas existentes na região pelo o uso da água como, por exemplo, pela má utilização, degradação e poluição ambiental do recurso ou dos interesses dos usuários que o utilizam.

Com a escassez de estudos feitos em Recursos Hídricos na área de Engenharia Civil, bem como da dificuldade de se analisar e fiscalizar os Comitês de Bacias Hidrográficas, foi percebido, então, a necessidade de um estudo mais aprofundado e de ser feito uma análise crítica das ações executadas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba nos últimos anos, para que se tenha uma maior noção de que a sua filosofia de implementação e ações estão de acordo com as necessidades que o Estado da Paraíba está tendo em relação ao uso da água da bacia em questão, devendo isso ser feito da forma mais igualitária e justa possível entre os usuários que o compõe. Portanto, foi feito o seguinte questionamento para a realização dessa pesquisa “As ações realizadas, nos últimos anos, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba podem ser consideradas boas decisões para com as necessidades da bacia e de seus usuários de água? ”.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar criticamente se as ações praticadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba estão sendo realizadas conforme as necessidades da bacia, alcançando o bem-estar de seus usuários de água, para assim solucionar ou amenizar os conflitos apresentados.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Adquirir informações das principais ações realizadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e dos conflitos criados dentro da bacia, através das atas de suas reuniões;

- Analisar criticamente se as ações praticadas estão solucionando ou amenizando os conflitos identificados.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

O desenvolvimento de uma sociedade civil depende de múltiplos fatores, envolvendo, dentre outros, o caráter econômico, cultural e social, e para que se obtenha resultados favoráveis, é necessário a existência de conflitos e problemas que devem ser solucionados. Em vista disso, a participação pública é um dos fatores mais importantes e complexos que precisa ser inserido nesse processo, para que uma nação alcance resultados equilibrados em suas tomadas de decisão, dando oportunidade para que os cidadãos possam expressar suas opiniões e anseios na solução de problemas e conflitos que, inevitavelmente, irão surgir. A complexidade da participação pública se dá na dificuldade de conseguir espaço necessário para que se tenha a participação social adequada nas decisões públicas juntamente com o poder público, quer seja ele federal, estadual ou municipal.

No Brasil, a luta pela oportunidade da participação pública foi devidamente introduzida a partir da década de 1980, no qual os próprios cidadãos deram iniciativas através de movimentos sociais (JACOBI, 2000). Nessa época, apesar da dificuldade de união entre os vários setores da sociedade foram realizados movimentos a partir de grupos civis que traziam propostas a serem discutidas por conselhos e assim serem consideradas no programa público, como também, eram realizadas através de mobilizações organizadas, sendo essas de caráter político a garantir os direitos básicos dos cidadãos. Assim, foi iniciado o processo de cidadania brasileira, mudando a forma na qual os cidadãos devem pensar e se comportar na sociedade em que vivem e proporcionando uma certa influência nas decisões públicas que poderiam entrar em vigor. Verifica-se então, a importância e a dificuldade que os movimentos sociais sofreram para conquistar a participação pública, e como enfatizado por Coelho (2004), em que o maior desafio desta ação coletiva é o de retirar a lógica prevalecente regada pelo clientelismo e troca de favores, mostrando que é capaz de estabelecer uma participação pública nas na tomada de decisão do poder público, sem desvio para interesses individuais e escusos.

Com a Constituição de 1988 e a ajuda dos conflitos públicos realizados, foi estabelecido as leis a favor dos cidadãos brasileiros e, definitivamente, foi estabelecida a cidadania, mudando os aspectos institucionais na estrutura da sociedade e assim pressionando o poder público a dar mais credibilidade as opiniões e decisões da sociedade. Desta forma, a participação pública se torna um meio de alcançar uma boa governança, tendo como principal foco, a educação social, para que se possa consolidar as comunidades locais, oferecendo uma maior igualdade e colaboração entre os seus indivíduos.

A participação pública é reconhecida por aumentar a qualidade da decisão e contribuir para uma análise das propostas conducentes a um desenvolvimento mais criativo, a intervenções sustentáveis e à maior aceitação do público (ENSERINK, 2009). O aperfeiçoamento das decisões e a maior aceitação pública – aprimorando a qualidade das alternativas, devido a uma quantidade significativa de conhecimentos disponíveis – permitem que haja menos grupos insatisfeitos e aumentam a probabilidade de implantar acordos alcançados durante as negociações (HIRJI; DAVI, 2009). A partir disso, constata-se que a participação pública depende exclusivamente de dois fatores, o Estado e a Sociedade civil.

Devido aos interesses políticos e diferenças sociais, a relação entre Sociedade civil e Estado está em constante conflito, impactando em diversos setores da administração pública – saúde, moradia, educação, segurança, meio ambiente e recursos hídricos – podendo ser criado órgãos que possam administrar de forma mais competente suas ações dentro do país. Porém, é de extrema dificuldade conseguir com que o Estado compartilhe de seu poder público juntamente com a Sociedade, limitando ainda mais a troca de informações entre eles, podendo trazer cada vez mais desarmonia nas quais acomodam a sociedade a aceitar as decisões que o Estado trará aos cidadãos. A consequência disso é a falta de organização e grande insatisfação popular, atraindo cada vez mais manifestações e conflitos e, conseqüentemente, aumentando o atrito entre o Estado e a Sociedade civil.

Para se ter uma melhora na relação entre Estado e Sociedade civil, a Constituição brasileira possui alguns recursos previstos para que a participação pública se torne mais ativa, como projetos de lei que incentive a iniciativa popular, conselhos comunitários – onde os cidadãos são informados sobre iniciativas de projeto, decisões e informações que o Estado tenha, como também serem ouvidos pelo mesmo – e referendos ou plebiscitos. Após alguns anos, foram criados outros tipos de metodologias de participação pública, sendo esses de forma mais rápida e algumas vezes mais ativas que as anteriores, mostrando um progresso na relação Estado e Sociedade civil, tendo entre eles, entrevistas com a população, utilização da internet para se divulgar e adquirir informações, audiências públicas com um pequeno grupo de pessoas interessadas, expondo a elas informações da situação atual e assim fazendo uma discussão sadia entre os participantes e os representantes do Estado, entre outros.

Um dos setores que mais chamou atenção no avanço da participação pública foi o meio ambiente, no qual houve a criação do Conselho do Meio Ambiente, em que se garante a participação de cidadãos nas decisões e discussões, quer seja a nível federal, estadual ou municipal. Esses conselhos têm a presença de pessoas de vários setores da Sociedade civil, como representantes de estudantes e trabalhadores, por exemplo, e também o comparecimento

de representantes do Estado e de instituições ambientais. Assim, se o objetivo do conselho é adquirir informações da Sociedade civil sobre suas opiniões em relação a futuras decisões e programas públicos, ou de criar leis que beneficiem o meio ambiente com participação da população, todos os cargos responsáveis para que isso seja alcançado estariam a par da situação apresentada no Conselho do Meio Ambiente.

A legislação ambiental brasileira teve um grande desenvolvimento nos últimos anos, garantindo uma melhor proteção ambiental com punições mais graves a quem infringir as leis que regem esse tipo de proteção, atribuindo uma melhor confiabilidade dos habitantes e expondo o que é legal ou ilegal nas atitudes de cada indivíduo. A partir disto, surgem vários outros conselhos relacionados à proteção do meio ambiente, que contribuem para uma melhor fiscalização e gestão dos recursos naturais existentes. Como exemplo prático, temos a criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), que tem como principal objetivo analisar a degradação, distribuição e disponibilidade de recursos hídricos existentes no país, seja ele federal ou estadual.

A informação, no processo de participação pública, é o alicerce essencial para o sucesso da mesma. Porém, a informação deve ser adaptada às capacidades e necessidades dos usuários finais. A informação pode influenciar os debates públicos, pois oferece subsídio para orientar decisões e a construção da opinião pública (HERNÁNDEZ-MORA; BALLESTER, 2011). De acordo com Oliveira (2010), a evolução do estado do ambiente necessita da compreensão e colaboração de todos os setores da sociedade; desta forma, são exploradas as potencialidades de um processo participativo, como meio de unir esforços para uma cooperação conjunta em prol de um mesmo objetivo – a proteção ambiental.

### 3.1 PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O Brasil dispõe de uma importante riqueza hidrológica, possuindo 17% de toda água doce disponível no mundo e detém cerca de 12% da água doce que escoia superficialmente no mundo. Entretanto, o problema é que esse volume é desigualmente distribuído. A Bacia Amazônica concentra cerca de 70% da água doce do país e é habitada por aproximadamente 5% da população brasileira, enquanto que a disponibilidade hídrica em outras regiões brasileiras é de 15% no Centro Oeste, 6% no Sul e no Sudeste, e apenas 3% no Nordeste (JACOBI, 2006).

Conforme as bacias hidrográficas brasileiras foram sendo constantemente degradadas, devido a sua má utilização, gerando de conflitos naquele local, ficou cada vez

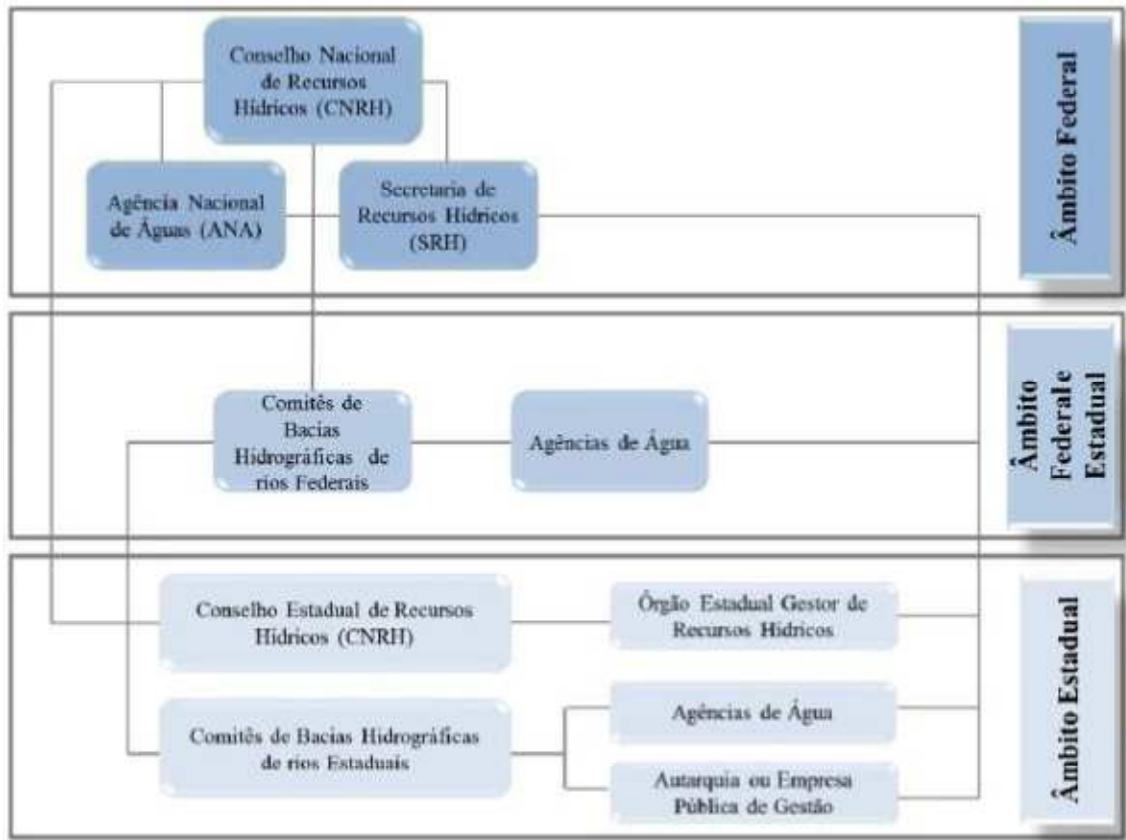
mais evidente a importância da gestão dos recursos hídricos no país, no qual ao longo das duas últimas décadas, foram ocorrendo gradativas melhorias no que se diz respeito a como esses recursos deveriam ser utilizados. Então, a gestão das bacias hidrográficas passou de uma forma institucionalmente centralizada para uma descentralizada, significando que o poder seria compartilhado de uma autoridade de nível mais alto para uma de nível mais baixo, aumentando a participação pública na tomada de decisão. A descentralização é vista como o processo de transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias menos elevadas, entre as quais os municípios e as comunidades, atribuindo a capacidade de decisão e autonomia para as unidades territoriais em menor escala. Esta atitude representa uma mudança na escala de poder, conferindo, às unidades comunitárias, a capacidade de escolha e definição sobre suas prioridades e diretrizes, assim como na gestão de programas e projetos (TARQUI; SILVA, 2004).

A partir da descentralização da gestão dos recursos hídricos, a água se tornou um bem econômico nesse novo sistema, tendo a bacia hidrográfica como principal referência e dando cada vez mais espaço para os Comitês de Bacias Hidrográficas. Esses conselhos gerenciam de acordo com a organização de cada bacia, podendo ter, por exemplo, representantes de mais de um estado da federação ou de dezenas de municípios, dependendo de onde está localizada a bacia hidrográfica. Desta forma, controlam as atividades e decisões públicas que possivelmente possam comprometer a qualidade e a quantidade das suas águas, sendo capaz de estabelecer cobrança na utilização na mesma, bem como determinar quem tem o poder ou não de fazer uso das águas.

Para se ter uma melhor execução da política e do planejamento da gestão dos recursos hídricos em bacias da união, foi criado no ano de 2000, pela Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA), de acordo com a Lei Federal Nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Foi necessário então, ter um princípio na qual todos os conselhos consultivos pudessem ter como orientações delas nas escolhas de decisões e atividades públicas, sendo criado, a partir da Lei Federal Nº. 9.433, a PNRH. Juntamente com a PNRH, foi criado o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que é conjunto de órgãos públicos integrados para se ter uma melhor organização e hierarquia nas tomadas de decisão públicas, como é melhor ilustrado na Figura 1, trazendo modernização e novidades em relação a gestão de recursos hídricos.



**Figura 1** – Representação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Fonte: FREITAS (2012).

Com base na PNRH citada anteriormente, as inovações que se apresentam na mesma são de grande importância para que se obtenha uma política bem organizada e idealizada, colocando em prática a gestão descentralizada na qual tem a participação do Estado (poder público), e da sociedade civil organizada. Estes farão parte dos Comitês de Bacias Hidrográficas, que desde a criação da Lei Federal N°. 9.433/97, foram ficando cada vez mais ativos dentro do processo de tomada de decisão, sendo então implantados nove comitês federais e 165 Comitês de Bacias Estaduais (entre eles o foco do estudo deste trabalho, o Comitê do Rio Paraíba), de acordo com a ANA (2011).

A PNRH determina que os Comitês de Bacias Hidrográficas devem promover o debate e articular a atuação das entidades envolvidas; arbitrar em primeira instância, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; aprovar o Plano de Recursos Hídricos; acompanhar a execução do Plano e sugerir as providências necessárias ao cumprimento das metas; propor aos Conselhos Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da outorga;

estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; e estabelecer critérios e promover o rateio dos custos das obras de usos múltiplos.

Para que seja possível ter um bom suporte financeiro e técnico do Comitê em questão, é necessário um órgão responsável apenas para executar essas funções, sendo criado as Agências de Bacias, nas quais representam a Secretaria Executiva do devido Comitê, seja de domínio estadual ou federal. As Agências de Bacias devem ser ágeis e flexíveis para que o modo como é feito o planejamento possa ficar cada vez mais forte, tendo como base a descentralização. Os modelos institucionais das Agências de Bacia constituem figuras recentes no direito brasileiro e, embora a implementação da Lei Nº. 9.433/97 tenha sido intensa e dinâmica, tanto a cobrança pelo uso de recursos hídricos como a criação das Agências encontram-se em fase embrionária (ANA, 2007). Uma das regiões mais afetadas por esse atraso na aplicação da PNRH é a região Nordeste.

No Nordeste brasileiro é possível constatar que possui apenas 3% da disponibilidade hídrica do nosso país e isso apresenta sérios problemas de escassez hídrica, que associado a má gestão dos recursos hídricos alcança níveis críticos de escassez crônica. Isso ocorre devido ao crescente desenvolvimento econômico e social do Brasil, no qual tem um aumento e centralização de pessoas principalmente nas grandes cidades, um crescimento no setor agrícola e um gradativo crescimento do processo de industrialização“, impondo alta demanda de água, inclusive nos estados nordestinos, entre eles o estado da Paraíba se destaca como a segunda pior disponibilidade hídrica do país, com apenas 1.437 m<sup>3</sup>/hab.ano (HELLER; PÁDUA, 2010).

### 3.2 GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS

A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) é um processo sistemático para o desenvolvimento sustentável, alocação e monitorização dos usos hídricos diante de objetivos sociais, econômicos e ambientais. A GIRH é baseada no princípio de que os recursos hídricos são limitados e os seus usos são interdependentes. Sendo assim, A GIRH é definida como um processo que promove a gestão e desenvolvimento coordenado da água, da terra e dos recursos relacionados, com propósito de maximizar o bem-estar social e econômico de modo igualitário, não comprometendo a sustentabilidade dos ecossistemas essenciais (CARRIGER, 2005).

A economia global e a Sociedade civil são dinâmicas, e o meio ambiente também é sujeito a alterações, sendo por esta razão que o sistema de GIRH devem saber responder às mudanças e ser capazes de se adaptar às novas condições e variações econômicas, sociais, ambientais e humanas. Dessa forma, a GIRH é vista como um meio de atingir três principais objetivos, são eles (CARRIGER, 2005):

- Eficiência econômica na utilização dos recursos hídricos;
- Igualdade na alocação dos recursos hídricos entre os diferentes grupos socioeconômicos;
- Sustentabilidade ambiental para proteger os recursos hídricos e os ecossistemas relacionados.

A GIRH desafia de forma explícita o desenvolvimento e a gestão. Inicia-se com o reconhecimento de que os modelos tradicionais para a gestão da água, baseados em critérios técnicos, estão a estabelecer custos altos (sociais, econômicos e ambientais) para a Sociedade civil e o meio ambiente. Portanto, a GIRH tem como fundamento quatro princípios, que juntos promovem uma melhor organização dos seus conceitos, que são (CARRIGER, 2005):

- 1º princípio: a água é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente;
- 2º princípio: o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos devem ser participativos, envolvendo todos que tenham ligação com o mesmo (os que planejam, os usuários e os que tomam as decisões finais);
- 3º princípio: as mulheres desempenham um papel central no abastecimento, na gestão e na segurança da água;
- 4º princípio: a água tem um valor econômico em todos os seus usos, devendo ser reconhecida como bem econômico e social.

Então, de acordo com a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), a água é uma parte integrante dos ecossistemas, um recurso natural e um bem social e econômico, sendo que a sua qualidade e quantidade define como a água será utilizada. Por isso, a GIRH toma como base a integração de três elementos, sendo conhecido como os “3 E’s” da GIRH, sendo eles:

- Economia: a água deve ser utilizada com o máximo de eficiência econômica possível, considerando a crescente escassez de água e de recursos financeiros, a sua natureza finita e vulnerabilidade, bem como o aumento crescente de procura de água;

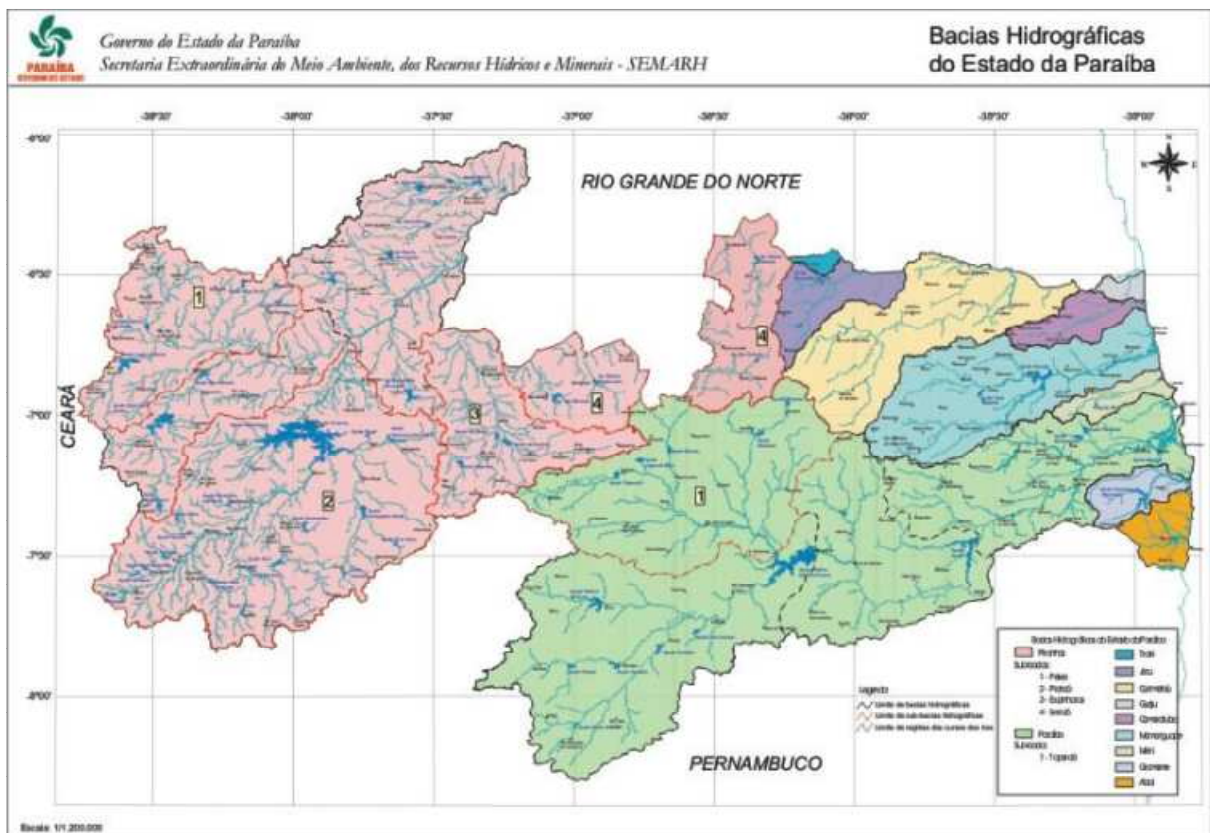
- Equidade: todas as pessoas devem, por direito básico, ter acesso a água, com quantidade e qualidade adequada para garantir o bem-estar, sendo reconhecido como um direito universal;
- Ecossistema: o uso atual do recurso deve ser coordenado de forma que não prejudique a sustentabilidade ecológica e ambiental, fundamentais ao suporte da vida, de forma a não comprometer o uso desse recurso pelas gerações futuras.

A partir disso, é possível compreender que a GIRH deve ser vista como um começo ao processo de participação pública, de forma contínua e dinâmica, com resultados a longo prazo e que possui uma visão para o futuro, sendo diferenciada de um processo centralizado e estático. Deve-se ter em mente de que não existe uma gestão ideal e que esse processo é feito de forma gradual e lenta.

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DA PARAÍBA

O Estado da Paraíba está dividido em onze bacias hidrográficas, sendo 6 de domínio estadual (Rio Paraíba, Rio Abiaí, Rio Gramame, Rio Miriri, Rio Mamanguape e Rio Camaratuba) e 5 de domínio federal (Rio Guaju, Rio Piranhas, Rio Curimataú, Rio Jacu e Rio Trairi). A partir disso, foi criada em 1996, a Lei paraibana das águas (Lei Nº. 6.308/96), instaurando a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), para se atingir melhores resultados na gestão dos recursos hídricos do estado. Na Figura 2 a seguir é mostrada as bacias hidrográficas que a Paraíba possui.

**Figura 2 – Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba**

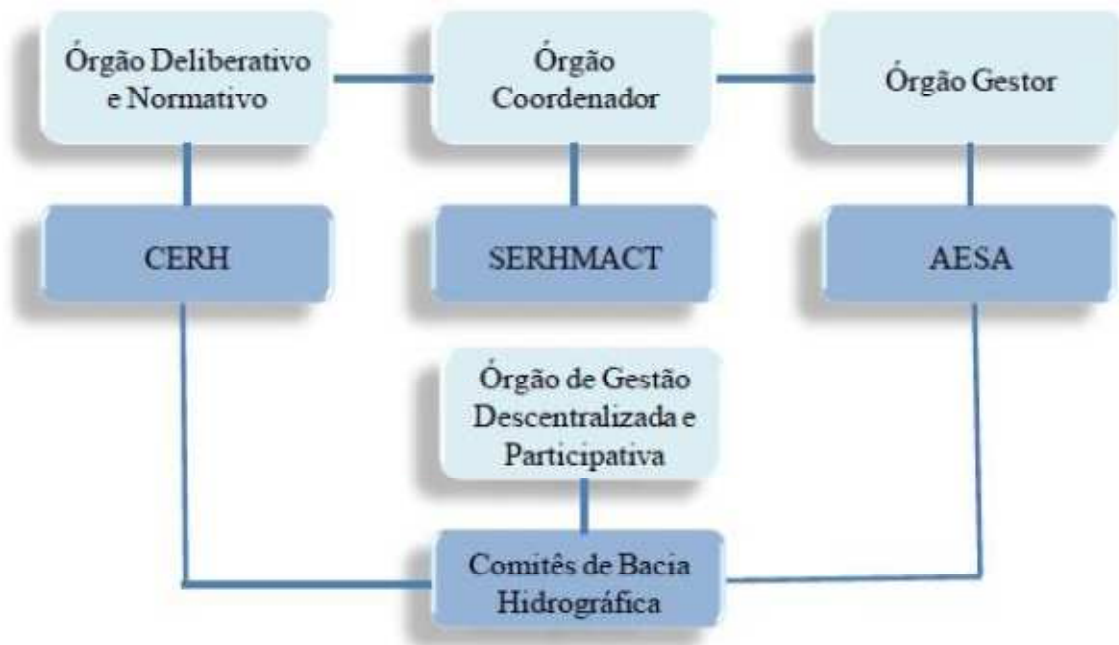


Fonte: AESA (2016).

Com a finalidade de se ter uma melhor organização da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), a Lei N°. 6.308/96 definiu alguns instrumentos de execução da PERH, sendo definidos como Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos da Paraíba (SIGERH-PB), o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos e Programas Intergovernamentais. Sendo assim, o SIGERH-PB é composto por quatro órgãos administradores, cada um com sua função específica dentro do que é proposto, que são eles: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba (SERHMACT), a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) e os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs).

Deve-se levar em consideração que o SIGERH-PB tem diferenças em relação à Lei Federal N°. 9.433/97, pois presume a não criação de Agências de Águas a nível de bacia, no qual é percebido a desatualização da lei estadual em relação a lei federal, devendo ser atualizada o quanto antes pelo Estado. Assim, na Figura 3 a seguir, é apresentado de forma mais clara o SIGERH-PB.

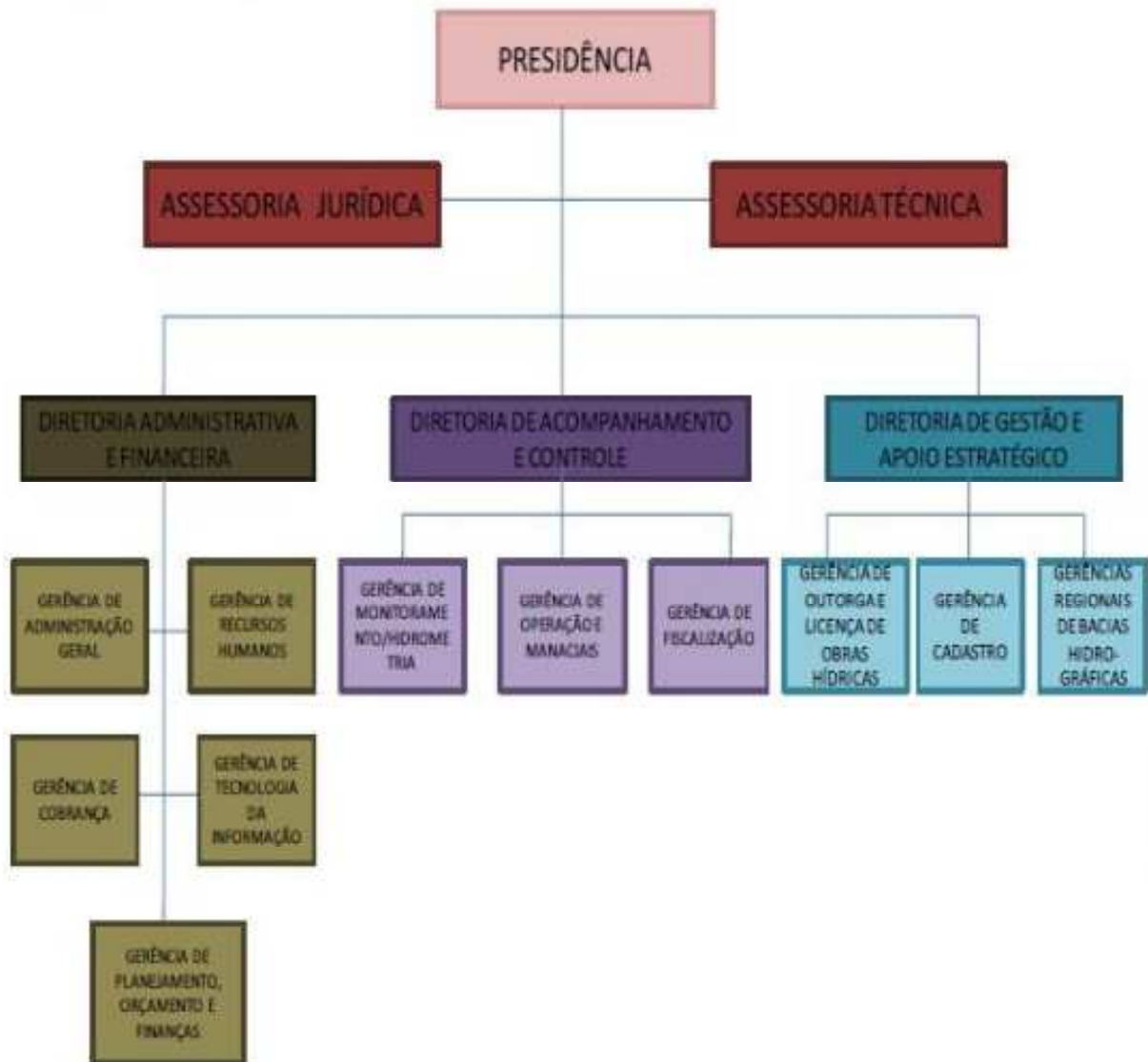
**Figura 3** – Sistema Integrado de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos



Fonte: FREITAS (2012).

Dentre os órgãos citados, o principal responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos no estado paraibano é a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), criada em 2005, pela Lei Nº. 7.779. A AESA tem como objetivos gerenciar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos sob posse do Estado da Paraíba, de águas resultantes de bacias hidrográficas em outros Estados e que sejam transferidas para o estado paraibano através de obras implantadas pelo Governo Federal, e de águas sob o domínio da União que estejam localizadas no território do Estado da Paraíba. Devido à complexidade da organização interna da AESA, na Figura 4, é mostrado detalhadamente como é feita essa divisão de cargos e funções.

**Figura 4** – Organograma da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba



Fonte: AESA (2011).

A Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) possui autonomia financeira e administrativa, tendo jurisdição em todo o território paraibano, detendo de caráter jurídico de direito público. Em consequência da não previsão da criação de Agências de Águas a nível de bacia, a AESA oferece suporte técnico para a execução dos Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais, exercendo as funções que os mesmos deveriam ser responsáveis.

Dentre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) instalados no Estado da Paraíba está o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH-PB), sendo o primeiro a ser implantado, em junho de 2007, e destaca-se por ser o maior CBH de âmbito estadual da

Paraíba. A Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba é a segunda maior bacia do Estado, sendo um dos recursos hídricos mais importantes do semiárido nordestino, na qual drena uma área de 20.071,83 km<sup>2</sup>, abrangendo 38% da área total do Estado da Paraíba e abrigando 1.828.728 habitantes (52% da população total), de acordo com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, em 2016. A Bacia é caracterizada por apresentar conflitos de origem social e econômica, principalmente na época de estiagem, a partir da construção de açudes pelo Poder Público estadual e federal, no quais são utilizados para múltiplos fins (abastecimento, lazer, irrigação, entre outros).

Os conflitos existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba são causados pela má gestão dos recursos hídricos, pelo manuseio impróprio dos próprios usuários e também por fatores climáticos da região, aumentando a crise principalmente nos períodos de seca prolongada. Os principais conflitos encontrados atualmente na Bacia são a contaminação da água por parte dos usuários, de origem industrial ou doméstico; o esgotamento da capacidade produtiva do solo; a erosão generalizada; a degradação da mata ciliar; a escassez hídrica; e, por último, os interesses políticos e econômicos de um grupo específico de usuários. Assim, para se ter um melhor resultado na resolução dos conflitos, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba utiliza como base a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

Por fim, constata-se que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba tem todas as ferramentas a sua disposição para criar um sistema válido, tendo como suporte a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, que concebe direitos à população através da participação pública, dando oportunidades a Sociedade civil de votar em quais decisões e programas acham mais pertinentes para os usuários de recursos hídricos disponíveis; como também, trabalhar juntamente com o Poder Público a fim de amenizar os conflitos existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do estado paraibano. Mas, como todo sistema e metodologias existentes, existem falhas, que devem ser analisadas e fiscalizadas para que se tenham a melhor eficiência possível.



#### 4 METODOLOGIA

Inicialmente, foi feito um estudo geral sobre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), utilizando-se de autores que tinham estudos históricos e informações mais detalhadas de como os CBHs deveriam atuar na solução de problemas nas Bacias Hidrográficas, como está mostrado em grande parte das informações da Revisão de Literatura, para assim ter um conhecimento mais abrangente sobre o assunto e poder tirar conclusões mais coerentes e corretas quando for feito os resultados e discussões da pesquisa realizada. Também foi realizado um estudo da viabilidade de criação dos comitês de bacias, sendo isto de grande importância para futuras decisões dos recursos hídricos de um Estado.

Em conjunto, foi feito um estudo mais detalhado sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CBH-PB), para se obter informações acerca de quais órgãos tem relação direta com o Comitê, bem como quais as leis que atuam nesse setor e os problemas principais que precisam ser solucionados, para que assim tenha uma melhor análise se os órgãos que são interligados com o CBH-PB estão realizando suas ações legalmente e os apoiando de forma adequada dentro de seu âmbito jurídico e territorial.

A partir disto, foi obtido as atas das reuniões dos últimos anos do CBH-PB, tanto de reuniões ordinárias como de reuniões extraordinárias, sendo feito uma análise crítica dos principais pontos de cada reunião e se corresponde com as necessidades dos usuários de água do Estado da Paraíba. A proposta de criação elaborada pelo Comitê também foi utilizada como base para retirar informações de alguns conflitos e problemas que precisavam ser resolvidos em seu território de atuação. Tanto as atas das reuniões como a proposta elaborada do CBH-PB foram retirados do site oficial da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs), sendo ela o principal suporte para que as ações do CBH-PB sejam realmente implementadas.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **5.1 ANO DE 2014**

#### **5.1.1 Primeira Reunião Ordinária**

A Primeira Reunião Ordinária do ano de 2014 do CBH-PB foi realizada no dia 22 de maio, no qual aconteceu a Assembleia de Posse e Eleição da Diretoria Colegiada da gestão 2014-2016, tendo como candidatos Ulysmar Curvelo Cavalcanti, Tânia Cristina Barros Silva e Elma Maria de Araújo Pimentel para Presidente, Vice-Presidente e Secretário, respectivamente, sendo os mesmos eleitos de forma unânime pelos membros do Comitê. Com a posse concluída, foram retratados dois assuntos principais nessa reunião, sendo o primeiro a ausência constante dos membros que compõe o CBH-PB, impossibilitando de discutir questões essenciais do uso da água da bacia por falta do quórum, seja por falta de interesse ou por dificuldades de transporte para estarem presentes nas reuniões. O segundo assunto foi a revisão do Regimento Interno (RI) do CBH-PB, pois o mesmo está dificultando as ações do Comitê em solucionar os conflitos e problemas que estão a acontecer.

Para a solução do primeiro assunto foi feito duas propostas, uma foi de efetivar um transporte coletivo (micro-ônibus) para que quando acontecesse as reuniões do CBH-PB os membros pudessem ter acesso ao transporte e comparecer à reunião que venha a acontecer, e a outra foi de incentivar a participação dos integrantes através de visitas nos locais em que haja problemas simbólicos, realizando ações abrangente do uso da água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, como por exemplo a poluição por efluentes e a degradação de matas ciliares, bem como visitas a outros comitês em que suas ações vêm bem sucedidas nas soluções dos conflitos apresentados. De acordo com o Diretor Presidente da AESA, o transporte próprio do Comitê já foi discutido em uma reunião interna, sendo muito bem avaliada sua possibilidade. Desta forma, pode ser feita uma conciliação entre a sensibilização dos participantes do CBH-PB e do transporte próprio, diminuindo a chance de faltas nas reuniões propostas e falta de discussão por não ter quórum.

Em relação a questão do RI, o recém-eleito Presidente do Comitê informou que já existiam duas pessoas trabalhando na revisão do mesmo, sendo então solicitado a indicação de mais dois membros para efetivar o Grupo de Trabalho (GT) de revisão do RI. Após formado o GT, foi solicitado um prazo para que seja feito uma socialização do trabalho que já estava sendo executado para com os novos membros do GT, sendo então marcado uma

próxima reunião do CBH-PB para a apresentação e aprovação do RI efetivamente revisado. O principal ponto negativo de se colocar mais dois membros dentro do GT para se fazer essa revisão é de se aumentar o prazo para a apresentação do mesmo já revisado devido a entrada de dois membros que não estavam cientes de como estava o processo de revisão, podendo atrasar mais ainda as ações do CBH-PB dentro de seu território e, conseqüentemente, agravar alguns conflitos do uso da água da bacia.

As propostas de solução para os problemas que foram apresentados durante essa reunião podem realmente ser efetivas, mas não foram postas em prática, como a de problemas com a frequência de membros que participam da reunião, sendo evidente a partir do ano de 2015, em que a presença dos integrantes do Comitê irá apenas diminuir gradativamente, mostrando que o CBH-PB nada fez para que essa situação seja resolvida. A consequência disso é a falta de quórum para decidir as ações que serão realizadas, bem como o maior desconhecimento da sociedade em relação a importância do Comitê dentro da gestão dos recursos hídricos pela falta de participação.

Já em relação ao RI, apesar da criação de um GT para sua revisão, não foi realizado uma futura reunião para a sua aprovação, então foi mantido da forma como estava e de acordo com o que foi dito na reunião, fará com que algumas ações do CBH-PB tenham dificuldade de serem postas em prática. Assim, apesar das propostas para solução serem, em tese, boas para as necessidades apresentadas, não foram postas em prática, o que juntando esses dois problemas não resolvidos, fazem com o que Comitê tenha cada vez mais dificuldade em discutir e decidir suas futuras ações para com a necessidade dos usuários de água do Rio Paraíba.

Fazendo-se uma análise da presença dos membros do Comitê nessa reunião, dos 55 membros que compõem o CBH-PB, 45 participaram da reunião e 10 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 82% do Comitê estava presente nessa reunião. Apesar da grande maioria estar presente, o essencial seria se todos participassem, pois, as discussões realizadas nas reuniões influenciam, diretamente ou indiretamente, os membros que compõem o CBH-PB. Um dos principais problemas desse ano de 2014 foi a realização de apenas uma reunião durante o ano, o que deveria ser feita no mínimo duas ordinárias por ano de acordo com a proposta de criação do Comitê e, conseqüentemente, fazendo com o que os conflitos se agravem dentro da bacia e prejudicando os seus usuários de água, demonstrando uma falta de comprometimento social por parte do CBH-PB.

## 5.2 ANO DE 2015

### 5.2.1 Primeira Reunião Ordinária

A Primeira Reunião Ordinária do ano de 2015 foi realizada no dia 8 de abril, tendo sido realizada uma retrospectiva das ações realizadas até agora pelo CBH-PB quando a nova Diretoria foi efetivada, sendo elas: a criação do Fórum Paraibano dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba, constituído por membros dos três comitês estaduais juntamente com o Piancó e Piranhas-Açu; a visita ao canal Acauã-Araçagi, sendo o mesmo de grande importância para a distribuição da água do Rio São Francisco para o estado paraibano; a participação do atual Presidente do Comitê na 34ª Reunião do CERH; a realização do III Encontro Estadual de Comitês do estado da Paraíba; a participação da Diretoria do Comitê na Reunião do PNRH, em que o Comitê tem participação pois tem autorização para a elaboração do plano nacional pelo governo federal; realização do Fórum Paraibano dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba para a indicação de três subprogramas de capacitação, solicitados pelo CERH; participação da Diretoria do Comitê na 25ª Reunião Ordinária do CERH, onde foi retratado sobre o Progestão; e por fim, a participação na Semana Estadual em defesa da Água, visitando escolas municipais, sensibilização do uso da água e fazendo uma visita ao Açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão.

Algumas ações mostradas são de grande importância para a Paraíba, como a criação do Fórum Paraibano de Comitês e o III Encontro Estadual de Comitês, no qual todos os comitês estaduais puderam se comunicar, trocando informações e experiências que facilitem a tomada de decisões futuras dentro de sua área de atuação, ajudando também na sensibilização dos membros do CBH-PB em questão da importância das reuniões propostas. A visita ao canal Acauã-Araçagi e as que aconteceram durante a Semana Estadual em defesa da água ajudam a orientar a sociedade civil dos problemas constantes que vem a acontecer no estado paraibano e como elas devem contribuir para suas diminuições, como também mostrar quais as soluções que estão sendo executadas em relação aos conflitos apresentados. Já as reuniões feitas juntamente com o CERH são para resolver os problemas financeiros existentes dentro do CBH-PB, no qual é um dos pontos que pode impossibilitar a atuação do Comitê por falta de recursos, reduzindo sua independência em relação a alguns órgãos e ao governo federal. E a participação do CBH-PB na Reunião da PNRH mostra a relevância que o Estado da Paraíba está dentro do âmbito nacional no que se diz respeito aos Recursos Hídricos.

Depois de mostrada a retrospectiva das ações do Comitê, foram discutidas duas pautas importantes na reunião, que foram, a relação entre a transposição do Rio São Francisco com o Plano de Saneamento Básico dos municípios e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), e a capacidade muito baixa do Açude Público Epitácio Pessoa do município de Boqueirão, sendo que não houve recarga e a necessidade de iniciar um racionamento de água pela CAGEPA. Em relação a transposição do Rio São Francisco, quando o mesmo já estiver perenizado, se caso não houver esgotamento sanitário nos municípios que utilizarão suas águas, estas serão contaminadas. O grande problema é que a maioria dos municípios ainda não tem o Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado (que deveria ter sido feito até o último dia do ano de 2015), podendo prejudicar o uso da água que vem desse rio e aumentando seus conflitos, seja pela poluição como pelo mal-uso. Outro problema de não ter o Plano Municipal de Saneamento Básico é que a partir do ano de 2016 os municípios que não tiverem esse documento elaborado não receberão mais recursos do Governo Federal para saneamento, dificultando ainda mais as cidades que já não possuem recursos suficientes para instalar, operar e manter uma infraestrutura de saneamento básico.

Em relação a CAGEPA e o Plano Municipal de Saneamento Básico, ressalta-se que alguns municípios estão dependendo diretamente da CAGEPA para a execução das obras do documento elaborado, ocasionando atraso na execução do plano em função de aspectos políticos dos municípios. Sendo assim, como uma boa decisão por parte do CBH-PB, a CAGEPA foi convocada para a próxima reunião do Comitê para que sejam discutidos todos os problemas que tenham relação direta entre o uso da água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e a própria CAGEPA. Em questão de a capacidade do Açude de Boqueirão estar numa situação crítica, será convocado todos os órgãos que tenham ligação com a questão hídrica do Estado (AESAs, CAGEPA, ANA, Assembleia Legislativa - Frente Parlamentar da água e Ministério Público) para que seja mostrado os pontos e perspectivas futuras que cada órgão possui em relação a seca contínua que vem acontecendo e, com base nisso, o Comitê tomará as medidas possíveis e necessárias dentro do seu limite de atuação na bacia. Logo, o Comitê está tentando ao máximo obter informações para que possam solucionar os problemas que são apresentados, identificando que há um certo tipo dependência em relação a alguns órgãos deliberativos, dificultando ainda mais o posicionamento na tomada de decisões do CBH-PB.

Os assuntos discutidos sobre a transposição do Rio São Francisco e o Plano de Saneamento Básico são de bastante importância para os usuários de água do Rio Paraíba, pois quando for iniciada a transposição desse rio suas águas serão lançadas na bacia do Rio Paraíba

para que as cidades que fazem parte dessa bacia sejam abastecidas, necessitando o quanto antes o Plano de Saneamento Básico das cidades para que a população não seja prejudicada pela sua contaminação. Sendo assim, o CBH-PB juntamente com os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos do Estado deve cobrar de forma mais rigorosa as cidades para que elaborem e liberem a execução de seus Planos de Saneamento Básico o quanto antes, como também de cobrar a CAGEPA para execução dessas obras, quando ela for responsável.

A ação de convocar os órgãos responsáveis pela questão hídrica do Estado para com a situação do Açude de Boqueirão foi adequada por parte do CBH-PB, pois a partir disso pode-se ver o posicionamento de cada órgão em relação ao problema retratado, bem como colher o máximo de informações possíveis que cada órgão desse pode ter. Como mostrado na Primeira Reunião Extraordinária de 2015, essa ação foi realmente efetivada e cada representante mostrou as informações que possuíam ao membros do CBH-PB, dando a oportunidade de reflexão ao membros do Comitê sobre o que pode ser feito, dentro das leis vigentes, para solucionar os conflitos instalados futuramente nesse local e, conseqüentemente, mostrando a realidade hídrica do Estado a sociedade para que tenham uma maior sensibilização da importância do papel desempenhado pelo CBH-PB na sua bacia.

Analisando a presença dos membros do Comitê, dos 55 membros que o constitui, 26 participaram da reunião e 29 estiveram, ou seja, cerca de 47% participou dessa reunião. Isso mostra o grande desinteresse por parte dos membros do CBH-PB, não percebendo o quanto o papel do Comitê é importante dentro do cenário hídrico do Estado e dificultando a tomada de decisões do mesmo, pois mais de 50% dos seus membros não estava na reunião.

### **5.2.2 Primeira Reunião Extraordinária**

No dia 20 de maio foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária do ano de 2015, onde foi retratado vários pontos importantes das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba e o que pode influenciá-las positivamente ou negativamente. Inicialmente, a CAGEPA apresentou alguns dados ao Comitê de que dos 85 municípios da Bacia do Rio Paraíba, 53 possuem obras ou projetos concluídos recentemente ou que estão em andamento, e dos 223 municípios existentes na Paraíba, 26 possuem esgotamento sanitário operados pela CAGEPA, sendo que os municípios de Bayeux e Santa Rita irão entrar em operação. Isso mostra que a CAGEPA, dentro dos seus limites de atuação, está disposta a trabalhar em conjunto com o CBH-PB para solucionar os conflitos existentes e assim como o Brasil de forma geral, a

Paraíba também tem investido pouco para efetivar o esgotamento sanitário em seus municípios.

A seguir, a ANA mostrou algumas informações sobre a situação hídrica do Açude Epitácio Pessoa em Boqueirão, falando sobre a questão de racionamento de água e quais ações futuras pretendem ser tomadas. O Açude Epitácio Pessoa tem uma capacidade de 411.686.287 m<sup>3</sup>, sendo que nesse ano estava com 78.000.000 m<sup>3</sup> de capacidade, ou seja, 19% do total, segundo informou a ANA nessa reunião. As ações tomadas para amenizar esse problema de capacidade e de seca, principalmente no sertão, pela ANA juntamente com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Ministério Público foram, de reduzir gradativamente o processo de irrigação pelas águas desse açude no qual teve apoio de uma forte fiscalização dessa área de irrigação, começar um combate contra o desperdício de água na cidade de Campina Grande (o qual nunca foi feito antes) pela CAGEPA, e foi executada a fiscalização das áreas de irrigação em que foi feito um acordo com a Associação de Irrigantes do Açude Epitácio Pessoa, sendo obtida a informação de que 90% da irrigação feita nesse açude é por microaspersão e gotejamento, diminuindo consideravelmente o consumo de água por ser um processo eficiente. A ANA completou o assunto relatando que antes dessas ações serem realizadas, um mês de abastecimento urbano correspondia de 6 a 7 meses de irrigação e após isso ser efetivado corresponde a 15 meses na mesma proporção.

A ANA ainda comentou que a principal consumidora de água do Açude Epitácio Pessoa não é a irrigação e sim o abastecimento humano, e que precisa do auxílio do CBH-PB para efetivar as ações que melhore o consumo da água desse Açude, propondo a criação de uma comissão em prol do Açude e juntamente com a AESA, que seria delegada para gerenciar as águas do mesmo pela ANA, para fazer uma composição detalhada das suas atribuições e trabalhar na cobrança da água bruta do Açude Epitácio Pessoa. Isso mostra mais uma vez que o CBH-PB está constantemente tentando buscar soluções para o que está acontecendo dentro dos limites da Bacia, mas a maioria das ações não podem ser realizadas pelo mesmo pois são dependentes de órgãos executivos (ANA, por exemplo), tanto em questão de efetivar soluções como de aquisição de informações, deixando o CBH-PB com poderes de decisão limitados dentro do seu próprio território de atuação.

Em seguida, foi passada a palavra a AESA para falar sobre a situação hídrica do Estado e as ações frente ao racionamento de água. A AESA iniciou afirmando que a Paraíba hoje tem um pouco mais de 20% da capacidade de armazenamento de água, no qual já chegou 3,7 bilhões de metros cúbicos e hoje se tem aproximadamente 800 milhões de metros cúbicos, e tem 39 reservatórios paraibanos com menos de 5% da sua capacidade e mais 36 barragens

com menos de 20% sendo utilizados por carros pipas contratados particulares ou do Exército, ou como ponto de captação de água pela CAGEPA. Para melhorar a situação crítica que vem ocorrendo, a AESA propôs tratar as águas não potáveis de Bodocongó, Açude Velho e do Açude José Rodrigues, para que assim sejam utilizadas para o consumo humano, além realizar sensibilização da população sobre a situação hídrica atual, e se necessário chegar ao ponto de suspender a outorga dessas águas. Também abordou obras que foram propostas, a partir do trabalho da AESA com o Governo do Estado, e já estão em construção mais 32 barragens para abastecimento de água.

Por fim, os membros do Comitê discutiram que a principal cidade que se utiliza das águas do Açude Epitácio Pessoa é Campina Grande e que para se ter um melhor racionamento, a CAGEPA deveria aumentar a taxa cobrada pelo uso da água para que assim a população fosse cobrada a mais e, conseqüentemente, diminuísse a quantidade de água consumida mensalmente, e que deve ser criado um GT ao CBH-PB para tratar dos assuntos que regem o Açude Epitácio Pessoa de Boqueirão. Finalizaram falando que se a situação melhorasse no principal município abastecido por esse Açude, as cidades circunvizinhas iriam melhorar proporcionalmente, e que maior atenção deve ser dada as cidades de pequeno porte, pois há pouca infraestrutura de abastecimento de água, devido a priorização dos principais centros urbanos.

Assim, é perceptível o quanto os principais órgãos do Brasil e da Paraíba estão dispostos a trabalhar e fornecer informações abertamente aos membros do CBH-PB e apesar de sua dependência em relação aos mesmos, eles estão cada vez mais criando oportunidades para que o Comitê possa agir de forma mais independente, dando um poder maior de decisão e gestão para com os problemas recorrentes dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. Desta forma, é necessário que o CBH-PB participe mais ativamente da gestão de sua bacia, dando prioridade às questões mais urgentes (como a situação do Açude Epitácio Pessoa), mas não esquecendo dos pequenos municípios que também precisam de seu auxílio na resolução de conflitos e problemas do uso da água. É um caso claro da integração e descentralização do GIRH, pois está dando oportunidade para a discussão e participação de representantes de todos os níveis constituintes da sociedade e mostrando que estão trabalhando em conjunto em prol da sociedade, bem como está reconhecendo a água como um bem econômico e social para a população.

As ações realizadas pela ANA, DNOCS e o Ministério Público foram de grande importância para o uso da água no Rio Paraíba, pois diminuiu consideravelmente seu gasto, não influenciando na vida econômica da população que precisa dessa água para seu sustento



(irrigação) e melhorando o abastecimento humano dessa área. Em contrapartida, a comissão que deveria ser criada em prol do Açude Epitácio Pessoa ainda não foi efetivada para que assim se inicie o processo de cobrança do uso de água bruta. A proposta realizada pela AESA de tratar os açudes que não tem a água adequada para o consumo humano ainda está em processo de análise para ser efetivado, o que pode melhorar a situação hídrica do Açude Epitácio Pessoa pois o abastecimento não vai ser retirado apenas dele, mas também dos que já estiverem em condições de uso e vai estar dentro das leis que regem esses cursos de água determinado pela AESA. Por fim, a proposta de aumento pelo consumo de água em Campina Grande por parte da CAGEPA é uma medida que pode diminuir o uso exagerado e descuidado por parte da população e ajudar no abastecimento das cidades circunvizinhas, pois com a diminuição do gasto em Campina Grande, irá ter uma maior disponibilidade para o abastecimento das outras, mas apesar disso, ainda não foi sancionada.

Fazendo-se uma análise da presença dos membros do Comitê nessa reunião, dos 55 membros que compõem o CBH-PB, 25 participaram da reunião e 30 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 45% estava presente nessa reunião. É preocupante que menos da metade dos membros participaram de uma reunião extraordinária, pois esse tipo de reunião é marcado quando alguma situação necessita de mais atenção e precisando de uma presença mais ativa dos seus membros. Assim, é necessário que o CBH-PB tome algumas providências para que os membros tenham uma frequência maior, seja estimulando a participação ou punindo de alguma forma os membros que se comprometeram em participar de um órgão tão importante.

### **5.2.3 Segunda Reunião Extraordinária**

A Segunda Reunião Extraordinária do ano de 2015 foi no dia 6 de agosto, tendo como principal pauta a degradação do Rio Paraíba, no qual foram apresentados o Projeto de Revitalização do Rio Paraíba, que é organizado por vários órgãos do Estado (AESAs, SERHMACT) e de âmbito nacional (IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) juntamente com o Ministério Público Federal e Estadual, e propostas de como podem ser evitados esses problemas que estão sendo praticados principalmente nas áreas do Brejo e do semiárido paraibano, tendo como a principal causa da sua degradação a retirada irregular de areia de seu leito. O Projeto de Revitalização do Rio Paraíba é um projeto orçamentário para implementação de medidas para a revitalização desse rio e seus afluentes, e conta com algumas ações principais, como de execução do Projeto de mata ciliar, monitoramento das principais áreas afetadas pela retirada de areia, preservação

dos cursos de água que compõem o Rio Paraíba e inclusão socioambiental da população que reside em torno desse rio.

O Projeto de mata ciliar tem como ações principais a criação de viveiros, a coleta de sementes, o plantio de viveiros e a compra de mudas, para que se tente mudar a situação recorrente da degradação do Rio Paraíba, como é o caso da constante degradação ambiental no leito desse rio por desmatamento e da poluição constante através do lançamento de esgoto e de lixo em suas águas. Esse Projeto pode ser feito juntamente com a inclusão socioambiental, no qual a população realiza o plantio no rio e a colheita de sementes, aumentando a chance de sucesso desse Projeto.

A ação de monitoramento das áreas onde estão sendo feitas a extração irregular da areia pode ser feito juntamente com a preservação dos cursos de água, pois para se preservar é preciso fiscalizar as áreas que possuem maior índice de degradação, tendo um maior controle de quais cursos de água estão precisando de uma maior atenção e, conseqüentemente, atuando sobre os problemas. A inclusão socioambiental também pode ajudar nessa fiscalização, através da orientação de pessoas que vivem nesse meio, para que seja feita a denúncia de alguma atividade irregular para os responsáveis por monitorarem essas áreas. Assim, com o auxílio da população para a obtenção dessas informações a tomada de decisão é facilitada.

Alguns membros do CBH-PB fizeram uma visita aos municípios de Itabaiana, São Miguel de Itaipú e Pilar para constatar a degradação causada ao Rio Paraíba pela extração indevida de areia em seu leito. Nos locais de visita, foi confirmado a presença de várias caçambas carregadas com areia recém retiradas e também a de placas com as autorizações e licenças da retirada daquele material. Sendo que, de acordo com o representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) no Comitê, o Conselho de Proteção Ambiental (COPAM) alterou a deliberação do procedimento para a extração de materiais para a construção civil e autorizou o acréscimo de mais 7 metros de profundidade que podia ser retirado do leito dos rios e riachos, o que é considerado um acréscimo exagerado para a situação de degradação do Rio Paraíba. Outro ponto visto na visita foi a questão do desperdício de água no município de Itabaiana que é de 30%, de acordo com a CAGEPA, causado pelo vazamento nas tubulações, no qual é considerado um número alto pelo fato de a Paraíba estar numa situação de racionamento de água.

Para se solucionar o principal problema que foi retratado é necessário entrar em uma situação jurídica, o que dificulta ainda mais as ações do CBH-PB e até impossibilitando de tomar alguma providência contra outros problemas que agravam mais a situação do Rio Paraíba, no qual deve ser feito uma revisão de todas as licenças que regem o direito de

extração do material nos leitos dos rios. Por fim, os membros do Comitê ainda discutiram sobre a falta de participação da sociedade civil dentro do CBH-PB, seja para fazer parte das reuniões que são realizadas como para mostrar quais os principais problemas e conflitos que ocorrem no uso da água, pois são eles que são os mais afetados pelas decisões tomadas e os que convivem constantemente com as dificuldades diárias do Rio Paraíba, assim sendo uma participação fundamental dentro do CBH-PB.

O Projeto de Revitalização do Rio Paraíba é de extrema necessidade para a bacia, pois a medida que vai se degradando esse rio, vai gerando cada vez mais conflitos entre os usuários de água, pois podem haver degradações que influenciam diretamente no uso da água da população seja de forma econômica ou social. Esse projeto entra nos conceitos básicos da GIRH, pois vê a água como um recurso finito e vulnerável, sendo essencial para o desenvolvimento sustentável, no qual necessita de atenção especial para seus cuidados, como também tenta distribuir o uso da água de forma igualitária, obedecendo a necessidade da sociedade. A partir disto, é um projeto que se encaixa bem com as necessidades da bacia, porém ainda não está sendo executado, estando ainda em fase de análise pelo governo federal e estadual e órgãos responsáveis.

Outro ponto importante é a integração e participação que Comitê está dando aos seus membros, levando-os a locais em que há um agravante e mostrando a realidade existente dentro da Bacia do Rio Paraíba, sendo um ponto muito positivo para sensibilização da população e mostrando que estão tentando cumprir com o que deve ser o papel de um comitê dentro da sua bacia hidrográfica, respeitando os princípios básicos da GIRH mais uma vez. Porém, para solucionar o problema mostrado aos membros, o CBH-PB deve entrar com recursos dentro das leis impostas pelo Estado, para assim tentar amenizar a situação, podendo resultar em uma frustração para com suas ações e membros, pois entrará numa situação que não vai depender apenas do que eles discutirem e decidirem em suas reuniões.

Analisando a presença dos membros do Comitê, dos 55 membros que o constitui, 25 participaram da reunião e 30 estiveram, ou seja, cerca de 45% participou dessa reunião. Mais uma vez os membros não estão participando de decisões muito importantes dentro da Bacia do Rio Paraíba, principalmente neste ano de 2015, em que tivemos discussões de assuntos bastante importantes, tanto que foram realizadas três reuniões extraordinárias para que seja dado mais atenção.

#### 5.2.4 Terceira Reunião Extraordinária

No dia 22 de outubro do ano de 2015 foi realizada a Terceira Reunião Extraordinária do CBH-PB, em que foram retratadas as pautas de, quais as ações que foram realizadas para fiscalização do cumprimento das condicionantes aos Projetos de Carcinicultura e Piscicultura das cidades do Vale do Paraíba, a situação hídrica dos municípios que são abastecidos pelas derivações da Barragem de Acauã e a apresentação sobre o plano de ações de contingenciamento dos municípios da 12ª Gerência da CAGEPA do Açude Epitácio Pessoa.

Foi falado, inicialmente, pelo uso da água pela Carcinicultura e Piscicultura, no qual a AESA informou que algumas cidades do Vale do Rio Paraíba estavam sem abastecimento de água, levando a AESA a campo e assim, posteriormente, realizando várias ações, como o de cadastramento dos usuários de água, levantamento do número de outorgas, levantamento do tamanho dos tanques, levantamento das áreas que estão sendo cultivadas e os estágios das culturas, para que se tenha um melhor conhecimento da situação e possam solucioná-la da melhor forma possível. Foram feitas reuniões com os usuários de água e ficou definida a Resolução Nº. 01/2015, que estabelecia um calendário de uso de água e restringia os dias de captação de água para a irrigação, carcinicultura e piscicultura, elaborada através de estudos técnicos e de forma que desse para manter o nível de abastecimento das cidades.

Então, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) e Polícia Florestal fiscalizou diariamente essas áreas de uso de água do Vale do Rio Paraíba para se ter conhecimento de que se realmente os usuários estavam respeitando a resolução estabelecida, sendo constatado que grande parte desses usuários não estavam cumprindo o que ficou acordado na Resolução Nº. 01/2015 e a partir disto, a SUDEMA aplicou multas e sanções aos usuários que cometeram esses crimes e aos danos ambientais causados.

Em seguida, foi falado sobre a Barragem de Acauã, que de acordo com a AESA, está sendo mais utilizada ultimamente para o abastecimento de água humano, apesar dela ter sido construída com o propósito de controle de cheias. A AESA informou também que já está sendo feito a cobrança de uso de água bruta nesse local e que o ponto positivo do surgimento desse conflito foi a melhor organização dos irrigantes que vivem nessa região, pois a partir dessa cobrança eles estão formando uma associação de irrigantes e por ser uma associação de usuários de água, poderão participar do processo participativo de tomada de decisão dentro das comissões gestoras que o Comitê eventualmente forme.

Por fim, a CAGEPA apresentou o plano de contingenciamento do Açude Epitácio Pessoa, informando que estão com foco maior na contenção de perdas, realizando ações de

fiscalização do uso da água potável e de ligações clandestinas, aceleração de consertos dos vazamentos encontrados, instalação de rede de água e instalações de medidores eficientes e substituição de medidores obsoletos, tendo uma diminuição consideravelmente grande de perdas de água nesses locais. Assim, o Comitê está tentando de a forma mais rápida e eficiente possível solucionar os problemas do uso da água no Rio Paraíba, cobrando ações dos órgãos que são responsáveis por seu determinado setor e fiscalização de forma rígida dos locais mais relevantes nesse cenário, bem como está dando oportunidade a todos os representantes que compõem o Comitê de exporem suas propostas e opiniões, melhorando a atuação do CBH-PB na sua respectiva bacia.

A AESA, através das suas ações no Vale do Rio Paraíba, está claramente tentando de forma constante obter o máximo de informações do que está ocorrendo para poder tomar alguma atitude sobre o caso dentro do que é estabelecido por ela, como é mostrado pela Resolução Nº. 01/2015, no qual foi reunido os usuários de água do local e assim definindo-a. Sendo assim, é uma ação bem-sucedida para com as necessidades apresentadas, pois foi permanecido o uso da água de forma econômica (com restrições para que se diminua o uso excessivo) sem prejudicar quem utiliza apenas como forma de abastecimento, distribuindo da forma mais justa possível e incluindo a participação e necessidade dos usuários de água nessa tomada de decisão.

Outra ação bem-sucedida da AESA foi a de cobrança de uso de água bruta na Barragem de Acauã, pois houve uma sensibilização dos usuários de água (irrigantes) daquela região em relação a importância de se unirem para a tomada de decisões e discussões com os órgãos responsáveis, abrindo portas para que se tenha cada vez mais a participação da sociedade dentro do CBH-PB, mostrando que as ações relatadas pela AESA nessa reunião está constantemente respeitando o que a GIRH propõe. A CAGEPA também se mostra nessa reunião que está disposta a trabalhar para que os anseios da população sejam atendidos, diminuindo o desperdício de água que vem acontecendo no Açude Epitácio Pessoa e, consequentemente, favorecendo o uso de água para com a sociedade nessa região.

Fazendo-se uma análise da presença dos membros do Comitê nessa reunião, dos 55 membros que compõem o CBH-PB, 25 participaram da reunião e 30 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 45% estava presente nessa reunião. Mesmo com as pautas importantes nesse ano de 2015, os membros do Comitê ainda não se mostram interessados em participar das reuniões, mas apesar disso, o Comitê está ações para a resolução de conflitos mesmo sem a presença de todos. A tomada de ações sem a presença de todos os membros pode ser uma complicação futura, pois pode afetar algum representante de algum local em que está tomando

aquela determinada ação, mas ao mesmo tempo o CBH-PB não pode parar de desempenhar sua função por esse motivo. Neste ano, apesar de o Comitê não ter realizado uma segunda reunião ordinária que deveria acontecer, ele trabalhou através de reuniões extraordinárias, o que é válido para com a proposta de sua criação.

### 5.3 ANO DE 2016

#### 5.3.1 Primeira Reunião Ordinária

A Primeira Reunião Ordinária do ano de 2016 foi realizada no dia 24 de maio, no qual teve como principal assunto discutido a situação hídrica do Açude Epitácio Pessoa, com a questão do racionamento e ações futuras frente a escassez hídrica. A ANA mostrou um breve histórico do Açude do ano de 2011 a 2016, sendo que em março de 2011 o mesmo verteu e no mês de julho de 2014 o uso da água desse Açude para a irrigação foi suspensa, e em 2015 foi publicada a resolução da ANA e AESA, em que até o mês de outubro a CAGEPA podia captar 881 l/s e a partir do mês de novembro até a data de hoje a captação diminuiu para 650 l/s. Assim, a ANA informou que no dia 7 de maio de 2016, o Açude Epitácio Pessoa estava com um volume de 50 hm<sup>3</sup> e reforçou a importância do monitoramento constante da qualidade da água, a fim de verificar sua adequação ao consumo humano.

Foi informado pela ANA aos membros do Comitê que o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional Eixo Leste está 86% concluído desde abril de 2016 e com previsão de conclusão para o primeiro trimestre de 2017. Por fim, o membro representante do DNOCS falou sobre a formação da Comissão Gestora do Açude Epitácio Pessoa, que vai dar apoio total ao CBH-PB para que esse projeto seja efetivado e irá se reunir com diretoria do mesmo juntamente com AESA e definir um calendário para que o mesmo seja feito. Então, o Comitê está tendo como foco resolução dos conflitos que foram estabelecidos no Açude Epitácio Pessoa, pois esse local é de grande importância para o Rio Paraíba, abastecendo a cidade de Campina Grande, que é um dos principais polos urbanos para o desenvolvimento do Estado, da mesma maneira os núcleos populacionais menores que precisam da chegada dessa água, como as cidades de Pocinhos, Caturité, Riacho de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Queimadas, São Miguel de Taipu e Cabaceiras.

As informações dadas pela ANA nessa reunião são de grande importância para Comitê, pois mostra de forma aberta aos membros os principais problemas hídricos do Açude Epitácio Pessoa e quais seriam as melhores medidas a se fazer para solucioná-los de acordo

com o que foi informado. De forma geral, as ações realizadas pela ANA e pela AESA estão adequadas para com a necessidade atual da bacia, pois era necessário um racionamento de água nesse Açude e com isso foi proibido a retirada de água para irrigação e teve uma diminuição da captação feita pela CAGEPA, dando prioridade ao abastecimento humano e, como resultado, aumentando o volume de água disponível nesse Açude. Outra ação importante, mas não efetivada pelo CBH-PB, foi a de criação de uma Comissão Gestora do Açude Epitácio Pessoa com o auxílio do DNOCS, sendo que a partir dele poderia ter um foco maior nos problemas mais graves desse local e assim solucionando de forma mais eficaz os conflitos existentes nesse Açude, melhorando o uso de água da população residente.

Por fim, dos 55 membros que compõem o CBH-PB, 15 participaram dessa reunião e 40 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 27% participou da reunião. Isso mostra que o problema de frequência do ano de 2016 se agravou em relação ao ano anterior, necessitando que o Comitê tome alguma providência para que este quadro seja revertido o mais rápido possível, pois é necessário o quórum para a tomada de decisões do CBH-PB.

### **5.3.2 Segunda Reunião Ordinária**

No dia 27 de dezembro do ano de 2016, foi realizada a Segunda Reunião Ordinária do CBH-PB, tendo como principais pautas a apresentação sobre o Procomitês e a proposta de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água bruta. O representante do DNOCS apresentou as resoluções da ANA (Nº. 1.595/2016 e Nº. 1.190/2016) que tratam sobre o Procomitês - Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas -, que tem como objetivos ter um melhoramento da capacidade operacional dos comitês, ter um melhor desenvolvimento de ações de capacitação (para membros dos comitês e membros do CERH), promover ações de comunicação que permitam ampliar o reconhecimento dos comitês de bacias e do CERH pela sociedade. Também foi explicado que esse programa funciona através do cumprimento de metas, sendo repassado 50 mil reais por ano para cada comitê de bacia por meio da AESA, através do cumprimento das metas que foram pré-estabelecidas. Ressaltando ainda que o recurso dado pelo Procomitês não deve substituir os recursos fornecidos pelo Estado e que, após a adesão do CBH-PB no programa, a ANA irá a Paraíba para que sejam estabelecidas as metas que deverão ser cumpridas.

Dando continuidade, foi explicado pelo membro que representa a AESA no Comitê, que a proposta de aplicação de cobrança pelo uso de água bruta foi elaborada a partir da Política Estadual dos Recursos Hídricos e do decreto de cobrança, tendo a parceria das três

diretorias dos comitês e depois repassado para a diretoria da AESA, para que após a sua análise seja apresentada para os comitês, explicando o valor de cobrança pelo uso de água destinado a cada um. Sendo assim, o Presidente do CBH-PB colocou a proposta para ser decidida na próxima reunião do Comitê, para que assim seja analisada pelos membros e não tenha dúvidas em relação a proposta mostrada. Logo, o CBH-PB está constantemente tentando conseguir recursos financeiros para poder atuar da melhor forma possível, estabelecendo também metas para que sejam cumpridas e, conseqüentemente, tendo um melhor planejamento para a execução de suas ações dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

O Procomitês é uma boa forma de o CBH-PB poder ter um reconhecimento maior de suas atividades dentro dos recursos hídricos do Estado, informando a sociedade qual o papel desse órgão e assim ter um maior apoio através de sugestões dos usuários de água. Também é uma boa forma de contribuir economicamente para o Comitê, repassando o recurso através do cumprimento de metas, o que também melhora o seu desenvolvimento, através de uma melhor capacitação dos seus membros e com isso o CBH-PB pode operar de uma forma eficiente para com as necessidades dos cidadãos. Porém, o Comitê ainda não fez sua adesão ao Procomitês, como pode ser percebido pela falta de discussão desse assunto na próxima reunião realizada, e por ser um projeto que melhora a capacidade de funcionamento do CBH-PB, pode ser inserido dentro dos conceitos do GIRH, melhorando a qualidade de vida (no que se diz respeito aos recursos hídricos) da sociedade e do Comitê.

A ação de cobrança de água bruta pelo CBH-PB, apesar de ainda não ter sido efetivada, é uma boa opção para se evitar o consumo descontrolado da água, mas pode gerar conflitos aos usuários que não aceitam que sejam cobrados por utilizar essa água, o que pode aumentar a quantidade de crimes ambientais nesse local, como a de retirada de água de forma clandestina. Mas no geral, é uma decisão adequada, já que pode abrir oportunidades para que os usuários de água se interessem em participar das reuniões do Comitê e mostrando a realidade de quem realmente utiliza aquele curso de água, melhorando a participação da sociedade nas decisões do CBH-PB.

Em relação a frequência dos membros do CBH-PB, dentre os 55 que o compõem, 17 participaram dessa reunião e 38 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 31% participou da reunião. Está mostrado de forma clara que os membros não estão participando ativamente das reuniões, bem como o próprio Comitê não está tomando as ações necessários para que isso seja revertido, fazendo com que quem seja prejudicado no final é a população por falta de seus representantes dentro das reuniões estabelecidas.



## 5.4 ANO DE 2017

### 5.4.1 Primeira Reunião Extraordinária

No dia 22 de fevereiro foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária do CBH-PB do ano de 2017, tendo dois principais assuntos discutidos, que foram, o plano de proposta de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água bruta, apresentando finalmente a sua deliberação, e a relação entre a sociedade civil e o CBH-PB. Foi explicado novamente como foi feito o plano de proposta de cobrança de uso da água bruta (já mostrado na Segunda Reunião Ordinária do ano de 2016) e em seguida, o Diretor do Comitê colocou o plano de proposta para ser votado pelos membros e então aprovado com algumas alterações, sendo elas: a alteração do Programa de Fiscalização, que a partir do que foi decidido entre os membros, foi reduzido o sistema de fiscalização do uso de água para uma porcentagem de 5% e foi alterada para 10% a atividade de implantação e manutenção de cadastro de usuários de água. A partir disto, o plano será encaminhado com as devidas alterações para diretoria da AESA, ficando o CBH-PB responsável, em todas as reuniões ordinárias que virão a acontecer, de analisar a sistemática de acompanhamento para a aplicação desse plano.

Posteriormente, os membros do Comitê discutiram que a grande maioria dos usuários de água que estão envolvidos nos principais conflitos do Rio Paraíba não tem conhecimento da existência do CBH-PB e do papel que ele desempenha. Desta forma, os membros do Comitê propuseram que fossem feitas ações de educação ambiental com os usuários de água, bem como de realizar reuniões itinerantes, mas o grande problema de se efetuar essas reuniões é de deslocamento dos membros para que elas sejam feitas. O Presidente do Comitê ainda falou que existe o Fórum dos três comitês estaduais exatamente para discutir essas questões de fortalecimento dos comitês dentro da sociedade civil através da comunicação, sendo a AESA constantemente cobrada por esse Fórum para que isso seja realizado de forma mais abrangente.

Portanto, o CBH-PB vem tomando ações que afetam diretamente os usuários de água, tendo cobranças para o uso e assim fazendo com que tenham uma preocupação maior quanto a isso, tendo, conseqüentemente, uma diminuição da quantidade de água que está sendo utilizada, sendo considerada uma ação efetiva para o problema que foi apresentado. Outro ponto importante que o Comitê está dando uma atenção maior nessa reunião é a questão da participação e conhecimento dos usuários de água quanto ao papel que o CBH-PB exerce e o quanto isso influencia diretamente em suas vidas, sensibilizando e educando os mesmos

para que sejam motivados a fazer parte das reuniões, bem como ter conhecimento da importância das águas do Rio Paraíba e assim valorizar o que ele pode proporcionar.

Analisando-se a frequência dessa reunião, temos que dos 55 membros que constitui o CBH-PB, 17 participaram e 38 estiveram ausentes, ou seja, cerca de 31% participou da reunião. Mais uma vez é mostrado a falta de comprometimento dos membros e do próprio Comitê com as reuniões estabelecidas, pois como mostrado a partir do ano de 2015, menos da metade dos membros constituintes do Comitê não estão participando ativamente, sendo assim, o CBH-PB precisa tomar uma medida urgente para que os membros tenham uma sensibilização maior da importância de participar do Comitê no estado paraibano.

Um ponto importante neste ano de 2017 é que, entrando em contato com a direção do CBH-PB, outras reuniões foram realizadas, porém não foram publicadas suas atas no site oficial da AESA, como também não as disponibilizaram para o presente estudo. Isso demonstra uma falta de responsabilidade para com a sociedade, pois não expõe as informações essenciais das ações que o Comitê vem decidindo durante o restante do ano, não tendo conhecimento se as ações estão realmente sendo postas em prática e se estão suprindo as necessidades dos usuários de água e da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

## 6 CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou analisar como um Comitê de Bacia Hidrográfica pode influenciar diretamente na vida da população, resolvendo os conflitos que na grande maioria das vezes essas pessoas não sabiam que existia, bem como que os comitês existiam para discuti-los e achar as possíveis soluções. Além disso, permitiu ter uma percepção de como é o processo de discussão e planejamento dentro de um comitê para a tomada de decisões futuras e quais os principais focos de problemas que estão sendo analisados pelos seus membros. De um modo geral, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba tem um papel muito importante de analisar os conflitos existentes na bacia e procurar suas possíveis soluções, em que nem todas as ações foram realmente efetivadas, mas as que foram postas em prática estão para auxiliar as necessidades hídricas que os usuários vêm apresentando.

Ao fazer a análise das atas das reuniões do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, os principais aspectos discutidos foram, a importância da participação da sociedade no CBH-PB, em que as ações necessárias não foram realizadas, da cobrança de água bruta no Rio Paraíba, no qual é de grande importância para que se tenha uma melhor sensibilização dos usuários de água com o seu uso e de controle para com o racionamento, de projetos para o desenvolvimento do CBH-PB e de preservação e revitalização da bacia, sendo importante para mostrar a sociedade a importância do papel do Comitê e da sustentabilidade da bacia, e informações fornecidas pelos órgãos participantes do CBH-PB da situação hídrica da bacia e de como está sendo feito o uso da água pelos seus usuários, expondo abertamente para os membros o que realmente vem acontecendo nesse território para que se tenha uma melhor tomada de decisões e ações pelo uso indevido pela população, entre outros pontos retratados nas reuniões, estando dentro dos anseios da sociedade e do CBH-PB quando efetivados. Sendo assim, os objetivos inicialmente propostos pelo trabalho foram realmente alcançados.

Dada à importância do assunto, é necessário ter o desenvolvimento de formas para agilizar a efetivação das ações dos comitês e também de formas para que a sociedade tenha um conhecimento melhor do que é um comitê e como ele trabalha em seu prol, tornando-o um elemento de reconhecimento social e com uma tomada de decisões mais efetivas, economizando recursos do Estado que poderiam ser utilizados em outros setores que também tem grande importância econômica e social. Nesse sentido, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba está tomando ações dentro de seu âmbito judicial e territorial para que todos os conflitos e problemas dos usuários de água sejam solucionados ou reduzidos, melhorando a qualidade de vida da população paraibana.

## REFERÊNCIAS

- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. (2011). **Diretoria dos Comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2017.
- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. (2011). **Proposta de instituição do CBH-PB, conforme Resolução nº 1, de 31 de agosto de 2003, do CERH-PB**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2011.
- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. (2016). **Atas das Reuniões realizadas e Proposta de Criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/rio-paraiba/>>. Acesso em: 21 out. 2017.
- AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba. (2017). **Informações Gerais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba**. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/comite-de-bacias/rio-paraiba/>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (2007). **Estudo de alternativas para o modelo jurídico-institucional da agência da bacia hidrográfica do rio São Francisco**. Relatório IV. Avaliação Jurídico-Institucional das Alternativas.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (2011). **Informações Comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.cbh.gov.br/#not-interestaduais>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Lei Nº. 6.308/96 de 8 de outubro de 1996**. Paraíba: Instituição da Política Estadual de Recursos Hídricos e suas diretrizes, 1996. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/documentos/legislacao/leis/>>. Acesso em: 03 set. 2017.
- CARRIGER, Sarah. Catalisando a Mudança: **Um manual para desenvolver a gestão integrada de recursos hídricos (GIRH) e estratégias de uso eficiente da água**. TEC (GWP), Svensk Information, 2005. 52 p.

COELHO, A. C. P.(2004). **Agregação de novas variáveis ao processo de planejamento urbano e regional sob a perspectiva de gestão dos recursos hídricos**. 237p. Dissertação (Mestrado em 120 Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR.

ENSERINK, B.; WITTEVEEN, L.; LIE, R. (2009). **Performance indicators for public participation**. In: IAIA 09 Conference Proceeding', Impact Assessment and Human Well-Being 29th Annual Conference of the International Association for Impact Assessment.

FREITAS, M.A.de. **Participação Pública em Gestão de Recursos Hídricos: Uma análise do caso paraibano**. Campina Grande, 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Federal de Campina Grande.

HELLER, L.; PÁDUA, V. L. **Abastecimento de Água para consumo humano**. 2ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

HERNÁNDEZ-MORA, N.; BALLESTER, A. (2011). **Public participation and the role of social networks in the implementation of the water framework directive in Spain**. *Revista Interdisciplinar de las Ciencias Ambientales*. FACCAA.

HIRJI, R.; DAVI, R. (2009). **Strategic Environmental Assessment: Improving Water Resources Governance and Decision Making**, Water Sector Board discussion paper series paper. n.º12, Worldbank.

JACOBI, P; BARBI, F. **Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 2 p. 237-244 jul./dez. 2007.

JACOBI, P. R. **Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados**. En publicacion: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo 2006.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

OLIVEIRA, I. F. de. (2010). **Avaliação da Qualidade de Processos e Ferramentas de Participação na Gestão da Água**. p.234. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente – Gestão e Sistemas Ambientais). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

TARQUI, J. L. Z.; SILVA, E. A. (2004). **Descentralização e participação na gestão de recursos hídricos.** *Revista electrónica de la REDLACH.* n.º 1, p. 33-38.